



## COLAPSO EM MACEIÓ

Depois de receber o prefeito da capital alagoana para tratar do desastre ambiental causado pela Braskem, presidente em exercício do Senado, Rodrigo Cunha, ataca CPI proposta por Renan Calheiros

# Afundamento vira briga entre grupos políticos

» ALINE BRITO

O afundamento gradativo do solo no bairro de Mutange, em Maceió, intensificou o confronto entre os dois principais grupos políticos do estado — o do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o do senador Renan Calheiros (MDB-AL). E os reflexos disso chegaram ao Congresso.

Ontem, o presidente do Senado em exercício, Rodrigo Cunha (Podemos-AL), recebeu o prefeito da capital alagoana, João Henrique Caldas (o JHC), para discutir a crise da extração de salgema pela Braskem — responsável pelo afundamento de parte da cidade. Depois do encontro, o parlamentar criticou a criação da CPI para investigar a empresa gestora da mina 18, que causou o desastre ambiental em Maceió.

Segundo o senador, que é aliado de Lira em Alagoas, assim como JHC, a CPI “surgiu de maneira viciada”. Para ele, o colegiado, da forma que foi proposto, não daria “clareza” aos atos de omissão que levaram ao risco de colapso do bairro na capital alagoana.

Renan é o proponente da CPI. De acordo com Cunha, o emedebista tem ligações com a Braskem. “Começam a gerar dúvidas de quem será o investigado e de quem será o investigador. A propositura, da forma em que foi colocada, surgiu de maneira viciada”, criticou.

Aliado do governador de Alagoas, Paulo Dantas, Renan é acusado por Cunha de estar por trás de uma licença ambiental que vem “sendo renovada constantemente pelo estado de Alagoas”. “O governador, à época, era o Renan Filho, que é senador, hoje ministro do Transporte, e filho do Renan Calheiros, que é proponente desta ação”, disse o presidente em exercício do Senado.

Segundo Cunha, Renan também foi presidente da extinta Salgema, adquirida pela Braskem, e que, desde 1970, explora o mineral na área urbana de Maceió. “Um outro fator relevantíssimo é

Gésio Passos/Agência Brasil



Vizinha abandonada no Mutange, sob risco de afundamento. Desastre ambiental, agora, é razão de conflito entre grupos políticos



**Começam a gerar dúvidas de quem será o investigado e de quem será o investigador. A propositura (para a formação da CPI da Braskem), da forma em que foi colocada, surgiu de maneira viciada”**

**Senador Rodrigo Cunha (Podemos-AL)**

que o próprio senador Renan Calheiros foi apontado pela Polícia Federal como tendo solicitado, e recebido, R\$ 1 milhão para beneficiar a empresa Braskem. Então, a figura entre investigado e investigador se confunde nesse meio da propositura da CPI e dos reais objetivos”, atacou Cunha.

Pelas redes sociais, Renan garantiu que a comissão de inquérito tem caráter “técnico e objetivo, para averiguar, com base nos documentos, a responsabilidade jurídica nas reparações”. Ele afirmou, ainda, que caso o Senado não dê andamento à instalação da CPI, recorrerá ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Ao mesmo tempo, o prefeito de Maceió — pré-candidato à reeleição em 2024 — conta com a ajuda de Lira na cobrança de ajuda do governo federal para contornar o desastre ambiental. Em

vídeo publicado nas redes, o deputado pediu ao presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin, a edição de uma medida provisória para enfrentar os problemas causados pelo afundamento do solo.

Aliados de Lira são contra a CPI da Braskem — que tem todas as assinaturas para ser instalada — e alegam que Renan teria a intenção de fazer dela um palanque eleitoral. O requerimento foi lido em plenário pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O próximo passo é a indicação de representantes dos partidos para compor o colegiado.

### Velocidade menor

Apesar de o afundamento do solo da mina 18 vir reduzindo a velocidade desde domingo, o coordenador do centro de

monitoramento da Defesa Civil de Maceió, Hugo Carvalho, afirmou que o órgão permanece em alerta máximo, pois o risco de colapso da área se mantém alto. Ontem, o monitoramento apontava que o deslocamento vertical apresentava ritmo de 0,3cm/h a 0,4cm/h, o mesmo registrado no dia anterior.

Esses dados representam desaceleração, se comparados aos verificados sábado (0,7cm/h) e sexta-feira (2,6 cm/h). Para a Defesa Civil, a redução da velocidade do afundamento pode ser uma acomodação do solo, o que não afasta a iminência de desabamento. O afundamento da área a velocidade chegou a 5cm/h nos momentos mais críticos. **(Colaboraram Marina Dantes e Vitória Torres, estagiárias sob a supervisão de Fabio Grecchi)**

## TRÁFICO DE PESSOAS

### Livro torna visível crime que vitima mulheres e crianças

» HENRIQUE LESSA

O tráfico internacional de pessoas é a terceira atividade criminosa mais lucrativa do mundo. É o que aponta o livro *Tráfico de Pessoas: Debate sobre o sistema, a legislação e os demais desafios atuais*. A coletânea de artigos, lançada ontem, em Brasília, busca dar visibilidade a um problema que vitima principalmente mulheres e crianças, e ainda é pouco conhecido no Brasil.

A publicação é uma iniciativa da organização não governamental Justiça Humanitária e Social (JHS), uma associação de advogados que busca prover assistência jurídica gratuita, em diversos países do mundo, para as vítimas de violação dos direitos humanos que estão em situação de vulnerabilidade.

Segundo Rita Machado, advogada criminalista, organizadora e coautora da obra, “a gente uniu esforços para fazer um comitê de estudos jurídicos para tratar desses temas mais sensíveis. Foi

justamente o tráfico de pessoas, que hoje é um tema escanteado, nosso primeiro esforço. É um crime que acontece com muito mais frequência do que se imagina. Por isso, a gente quis trazer a voz e dar luz para esse tipo de delito”, explicou.

### Mão dupla

Segundo Marilane Lopes Ribeiro, também advogada e organizadora da obra, presidente e secretária-geral da organização não-governamental JHS, o tráfico humano acontece no Brasil nos dois sentidos. O país remete pessoas capturadas aqui, que, depois, vão ser exploradas no exterior. E, da mesma forma, recebe cidadãos que buscam uma vida melhor, mas terminam tornando-se reféns de organizações criminosas.

“Esse tipo de crime ocorre aproveitando da vulnerabilidade dessas pessoas e, na maioria das vezes, coagindo e iludindo as

Minervino Júnior/CB/D.A Press



A organizadora Marilane Ribeiro (E), o prefaciador, ministro Marco Aurélio, e a coautora Rita Machado

vítimas. São prometidas condições muito boas, que acabam não se confirmando”, aponta Marilane.

Para ela, a obra pode servir como uma referência e até mesmo auxiliar julgadores que enfrentem casos em que se pode identificar esse tipo penal. “O crime de tráfico humano é real, ele existe. Mas precisa ter uma atenção maior dos órgãos de execução, do Poder Judiciário e das pessoas. Antes, eu tinha conhecimento por novelas

e filmes, mas, com a experiência que tive nos Estados Unidos, vi essa realidade nua e crua. É um dos crimes mais rentáveis do planeta. Movimenta US\$ 32 bilhões no mundo todo e se agrava bastante em tempos de guerra, como acontece, hoje, na Ucrânia e no conflito de Israel e Palestina. Setenta e cinco por cento das vítimas são mulheres e crianças, que são vulneráveis”, alerta a advogada.

O ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello — que prefacia a coletânea —, afirmou ao **Correio** que “a obra escrita a várias mãos ressalta os aspectos envolvidos. A pessoa que é assutada para ir para o exterior e acaba sendo escrava sexual, inclusive com a retirada dos documentos para ela não voltar, é um problema que envolve principalmente a dignidade da mulher”.

## TECNOLOGIA

### Moraes quer punir mau uso de IA em eleição

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Alexandre de Moraes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), defendeu, ontem, a cassação de candidatos às eleições municipais do ano que vem que recorreram à inteligência artificial (IA) para produzirem e disseminarem fake news. Em seminário na Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro, ele considera que é preciso avançar na regulação das redes sociais e na implantação de sanções severas aos infratores dessas normas.

“Costumo dizer sempre que a regulamentação estaria em um único artigo e, nesse caso, sou minimalista: o que não pode no mundo real, não pode no mundo virtual”, afirmou, acrescentando que defende a aplicação de punições mais duras para os infratores das regras previstas para as redes sociais — sobretudo se utilizarem IA nas fraudes.

“Não basta a prevenção, não basta a regulamentação prévia. Há a necessidade de sanções severas para aqueles que se utilizam da inteligência artificial para desvirtuar a vontade do eleitor e atingir o poder, ganhar as eleições. Saibam que se utilizarem disso, e for comprovado, o registro será cassado, o mandato será cassado e ficarão inelegíveis. Porque, senão, o crime vai compensar”, destacou.

### Plataformas

Moraes também afirmou que as big techs — que administram as plataformas de redes sociais — devem ser submetidas à regulação. Por sinal, não é a primeira vez que o ministro defende essa medida para as gestoras.

“A possibilidade desse ingrediente novo, a IA para otimizar a desinformação, isso tem uma causa e uma finalidade. Os instrumentos vão se aperfeiçoando”, disse.

Para o ministro, a “utilização maléfica” das plataformas é um comportamento de regimes autoritários de extrema direita. “A utilização maléfica tem uma finalidade, que é sempre a mesma: atacar a democracia, corroer os pilares das democracias ocidentais para manutenção no poder. Ou conquista de poder por regimes autoritários e de extrema direita”, frisou.

O presidente do TSE afirmou que houve uma “overdose de desinformação” nas eleições de 2018, 2020 e 2022, e que o Judiciário aprendeu a lidar melhor com o problema. “Fomos aprendendo. Tivemos a humildade necessária para verificar que fomos surpreendidos em 2018”, admitiu.

### » Mendonça libera ação da maconha

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, liberou para julgamento, ontem, a ação que trata da descriminalização do porte de maconha para uso pessoal. O caso estava parado desde agosto, depois de o magistrado pedir vista da matéria. Caberá ao presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, pautar a retomada da apreciação — que deve ser em fevereiro. Até agora, cinco votos afastam a criminalização da maconha para uso pessoal, com a fixação de parâmetros para diferenciar usuário de traficante.